

Artigo

# PAPEL DA MÍDIA NA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA. COMO A MÍDIA TEM TRATADO A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL?

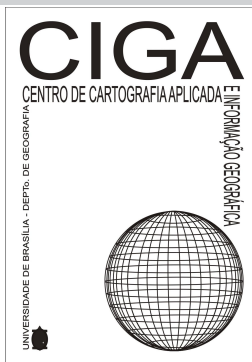
**Alessandro Aveni**  
**Renata Helena Da Silva**

p. 26-49

Como citar este artigo:

AVENI. A., *Renata Helena da Silva*. PAPEL DA MÍDIA NA GEOPOLÍTICA  
CONTEMPORÂNEA. COMO A MÍDIA TEM TRATADO A ATUAÇÃO DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL?  
Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.1, n.3 (2010), p.  
26:49 ISSN: 2177-4366.  
DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v1i3.15788>

revista



T - T - T

Revista Eletrônica:  
Tempo - Técnica - Território,  
V.1, N.1 (2010), 26:49  
ISSN: 2177-4366

DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v1i3.15788>

Disponível em:  
<http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/viewFile/288/207>

Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

## **PAPEL DA MÍDIA NA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA. COMO A MÍDIA TEM TRATADO A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL?**

**Alessandro Aveni**

Economista, Mestrando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade de Brasília – PPGGEA – UnB E-mail: [alessandro@unb.br](mailto:alessandro@unb.br)

**Renata Helena da Silva**

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2000) e Pós-Graduação em Análise Ambiental pela Universidade Federal do Paraná (2003). Tem atuado principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano e regional, geoprocessamento, gestão ambiental, legislação urbanística e capacitação comunitária.

**RESUMO:** Segundo dados estatísticos também no Brasil a maioria da população mora em espaços urbanos. Entre as relações pouco estudadas na geopolítica e na geografia, a relação entre mídia e movimentos sociais deve virar um objeto de estudo e pesquisa também no Brasil quanto antes.

Os movimentos sociais refletem a dinâmica geopolítica e mais é uma dinâmica com características locais mas também globais.

A relação entre mídia e movimentos sociais é ligada a variáveis espaciais e de poder que se colocam no tempo e nos espaços urbanos em maneira diferente, mas com foco central nas relações de poder. Este ensaio visa mostrar estas dinâmicas e relações com o escopo de esclarecer esta parte de agentes e atores da geopolítica urbana. Como conclusão ressalta-se que a análise aponta que na mídia, a pressão política dos movimentos sociais urbanos é destacada como ações pontuais e de curto prazo. Não está sendo reconhecida a história dos movimentos, como conflitos de longo prazo que se fundamentam na gestão do espaço urbano. Se tenta ocultar o conflito da propriedade e do uso do solo entre uma classe proprietária hegemônica e os demais, considerando também o problema que, no Brasil, o Estado e outras instituições são os maiores proprietários urbanos.

**PALAVRAS CHAVE, KEYWORDS: MÍDIA, MOVIMENTOS SOCIAIS, GEOPOLÍTICA**

**ABSTRACT:** As per statistical data, also in Brazil, most of the population lives in urban spaces. Among the little studied relations in geopolitics and geography, the relationship between media and social movements should turn into an object of study and research also in Brazil as soon as possible. The social movements reflects the geopolitical dynamics and it is a dynamic with local characteristics but also global.

The relation between media and social movements is connected to spatial variables of power which places it in the urban space and time in a different way, but with central focus in the power relationships. This essay aims to show those dynamics and relationships with the scope of clarify this part of agents and players of the urban geopolitics. As a conclusion, it is stated that the analysis points that, in the media, the political pressure of the urban social movements are highlighted as punctual and short term actions.

It's not being recognized the history of the movements, as long term conflicts, which bases on the management of urban space. It tries to hide the property conflict and land use between a hegemonic proprietary class and the other, also considering that, In Brazil, the State and other institutions are the biggest urban proprietaries.

**KEYWORDS: MEDIA, SOCIAL MOVEMENTS, GEOPOLITICS.**

## **1. INTRODUÇÃO**

Ao se discutir as relações entre desenvolvimento econômico e social, ciência, tecnologia e desigualdades, algumas questões são bastante significativas, entre elas: qual o papel do conhecimento e da informação na distribuição do poder e da riqueza no mundo atual? Qual a relação entre a distribuição espacial da ciência e da tecnologia no cenário internacional e as estratégias de desenvolvimento econômico e social? Como se articulam concentração de conhecimento e informação, estratégias de dominação e desigualdades sociais?

É possível traçar uma análise geopolítica para qualquer território e espaço, no conceito mais amplo de representação e ação do presente (SANTOS, 1996). Para os autores clássicos da geopolítica, o tema da mídia e dos movimentos sociais era incluído na abordagem do Estado e não diferenciado desta, como se a totalidade da ação política espacial fosse resumida “da” e “na” ação Estatal. A partir de uma nova geografia e do perfil profissional dos geógrafos após a segunda guerra, os autores de geopolítica, com apoio da análise de outras áreas de conhecimento, desenvolveram pesquisas incluindo diferentes atores além do Estado.

Nessas novas categorias e tipologias de atores, estão os que surgem do relacionamento sempre mais complexo e em construção das sociedades urbanas, como os movimentos sociais e os novos movimentos sociais, mas também atores que nascem da tecnologia da informação, como a mídia.

A noção do novo sujeito histórico, povo, um dos eixos estruturantes do movimento popular, reformulou-se e deu novo sentido e significado às suas práticas. Resulta desse processo uma identidade diferente, construída a partir da relação com o outro, e não centrada exclusivamente no campo dos atores populares. Esse outro estava presente nos relacionamentos desenvolvidos com novas formas de associativismo emergentes, interações compartilhadas com ONGs e participação nas políticas públicas.

Isso tudo alterou o projeto político dos movimentos populares urbanos no sentido de um projeto político policlassista, que contempla outras questões além daquelas relacionadas às carências socioeconômicas, como questões do modelo de desenvolvimento do país, meio ambiente e desenvolvimento humano e não há ênfase exclusiva nas questões locais, incluindo-se outras dimensões. Em parte, essas mudanças se explicam pelos efeitos do próprio modelo organizacional adotado: de se atuar em redes. Com isso, outros temas entraram para a agenda dos movimentos populares urbanos, tais como o de uma cidadania planetária, antes circunscritos aos movimentos sociais organizados e assessorados por outras camadas sociais, como os ambientalistas, mulheres, de direitos humanos, antiglobalização, etc.

Para GOHN (2004), a luta pela moradia é a principal dos movimentos populares urbanos. A autora classifica as lutas em várias categorias: institucionalizada, a qual tem obtido várias conquistas, como o Estatuto da Cidade; inserida em projetos de ONGs, cooperativas e associações; parte tem realizado ocupações em prédios públicos e privados, ociosos ou abandonados, nas áreas centrais das grandes cidades gerando pressão por regularização das áreas e; moradores de rua.

Os movimentos atuais têm características, objetivos e métodos de luta distintos conforme a temática de atuação e isso impacta em suas relações com a mídia e cria premissas para uso de mídias alternativas, as quais ainda não têm seus impactos geopolíticos suficientemente pesquisados.

O presente documento trata-se de trabalho final da Disciplina Geografia Política, curso de Mestrado em Geografia, Universidade de Brasília. O tema do trabalho, o Papel da Mídia na Geopolítica Contemporânea, terá como abordagem empírica a discussão da mídia e da geopolítica em relação aos movimentos sociais urbanos, considerando que a geopolítica pode ser definida como a identificação das relações de poder dos atores sociais sobre o território e os movimentos sociais seriam atores qualificados, que atuam na sociedade em busca de objetivos coletivos.

Nesse ensaio, sustenta-se uma hipótese de que os movimentos sociais urbanos no Brasil ganharam força nos últimos anos, seja com ajuda da mídia, seja por incorporação em projetos de atores políticos da nova sociedade democrática brasileira. No entanto, com o crescimento urbano dos últimos anos, as carências e ausências do Estado e novos paradigmas internacionais criaram premissas de outros movimentos que se incorporaram nas sociedades democráticas dessas coletividades. Estes estão sendo colocados na mídia em perspectivas periféricas ao tratar de temas desenvolvimentistas e de propaganda política.

O tema escolhido busca relacionar as relações de poder dos movimentos sociais sobre o território e como a mídia tem atuado com relação a esta temática. A questão principal a ser debatida é Como a mídia tem tratado a atuação dos movimentos sociais urbanos no Brasil?

O documento se organiza em seções na seguinte maneira:

- Primeiramente, por meio de leitura teórica, se busca definir a geopolítica dos movimentos sociais urbanos e da mídia no território e suas relações de poder. Assim, definem-se os sujeitos e o espaço do conflito entre estes atores e também os “lugares” do conflito.
- Depois, tenta-se responder a pergunta de como a mídia têm abordado a atuação dos movimentos sociais urbanos em geral e no Brasil, por meio de pesquisa em veículos de comunicação.
- Por fim, são traçadas considerações gerais e conclusões a respeito do tema.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOPOLÍTICA**

Os movimentos sociais vêm sendo estudados há muito tempo. Segundo Jacobi (1990), os movimentos sociais no Brasil, especialmente os urbanos, se desenvolvem principalmente como reflexo da precariedade socioeconômica e falta de canais de representação. Com a institucionalização das reivindicações, os movimentos diminuem o seu dinamismo e visibilidade sendo que os conflitos revelam um potencial reivindicatório delimitado no tempo e no espaço (Jacobi, 1987).

Para GOHN (1995), movimentos sociais: “são ações coletivas de caráter sóciopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento a partir de interesse em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo”

Nos últimos anos vem sendo discutido o conceito de novos movimentos sociais que seriam diferentes dos movimentos anteriores à década de 80. Com a rebelião popular nas periferias francesas, a importância das lutas urbanas volta a tona. Essa revolta possui algumas características comuns àquelas de Los Angeles na década de 1980 e daquelas de Birmingham nos anos 90.

Ilustram as conseqüências das políticas neoliberais no campo do desemprego e da pobreza, das desigualdades, discriminações e racismo.

Os novos movimentos sociais, resultados das transformações da sociedade, utilizam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre órgãos estatais. Assim, buscam promover mudanças nas instituições da própria sociedade, sendo que as suas ações não se restringem a reivindicações de recursos.

Na obra “Teoria dos Movimentos Sociais”, GOHN (2000) define como características dos novos movimentos sociais, as seguintes:

- expressão e práticas da cultura, com negação da visão funcionalista;
- negação do marxismo clássico;
- coletivo difuso é não hierarquizado e crítico da modernidade;
- política e relações micro-sociais e culturais;
- ação coletiva e identidade coletiva criada no processo.

A respeito da colocação espacial dos movimentos, Agnew (1987) define o “lugar” como um conjunto de três elementos: localidade, localização e sentido de lugar. A localidade versa sobre os marcos formais e informais dentro dos quais estão constituídas as interações sociais cotidianas e seriam, segundo Lefebvre (1991) , as práticas espaciais. A localização corresponde ao espaço geográfico concreto que inclui a localidade, afetada pelos processos econômicos e políticos que operam dentro de um marco mais amplo regional, nacional e global. Por último, o sentido de lugar corresponde à orientação subjetiva derivada do viver ou residir em um lugar específico.

Milton Santos resumia isso considerando o “espaço” como um "conjunto indissociável de sistemas de objetos “naturais ou fabricados” e de sistemas de ações, “deliberadas ou não” (SANTOS, 1994:49), sendo que ações sociais pelo poder no espaço são chamados de conflitos sócioespaciais. Estes são localizados no território e configuram uma geografia das confrontações locais de poder, que Foucault (1988) chamou de “microfísica do poder”. No jogo de relações, o poder sempre é exercitado a partir de inúmeros pontos e, onde há poder, há, necessariamente, resistências. Como essas lutas são distribuídas em pontos diferentes do território, os conflitos são movimentos sócioespaciais (não somente sociais, mas também espaciais), com espacialização e territorialização bem particular.

Outra conceituação sobre movimentos sociais e seus lugares deriva dos estudos de Fernandes:

“O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a

paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico, ele complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços.” (FERNANDES 2005 : 26)

A ação dos movimentos sociais no território, bem como sua intenção espacial, pode determinar o espaço social. A intencionalidade é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa, utiliza para se realizar, ou seja, se materializar no espaço. Constitui-se, portanto, no relacionamento, o poder, que mantém a representação materializada e/ou imaterializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade, devida ao confronto entre indivíduos ou coletividades. Sem essa relação social, o espaço como fração não se sustenta.

A relação social determina uma leitura do espaço e pode ser dominante ou estar em luta contra a hegemonia. Nas leituras sócio-espaciais, produz-se um espaço geográfico e/ou social específico: o território. Este, é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. É, ao mesmo tempo, uma convenção (uma leitura e uma representação) e uma luta (ou um conflito).

Todo território é um espaço nem sempre geográfico, podendo ser social, político, cultural, cibernético, etc. As relações sociais criam vários tipos de territórios, contínuos ou descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Podem ser países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento, etc. Os territórios podem ser, portanto, concretos ou imateriais. Vários movimentos sociais podem existir simultaneamente no mesmo território e espaço, assim como os indivíduos participantes podem ser atores em diferentes movimentos.

A mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico é uma característica que constrói territórios concretos. De acordo com Fernandes (2005) ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos, as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Usando conceitos da análise de Haesbaert, do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam, se desterritorializam e

se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades e suas identidades territoriais, constituindo uma pluriterritorialidade (HAESBAERT 2005). Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. É espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade.

Os espaços dos movimentos são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, mapeados de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas diferenciadas. Neste sentido, todos os movimentos são sócio-espaciais inclusive os sócio-territoriais, pois o território é construído a partir do espaço (LEFEBVRE, 1991).

Os movimentos sócio-territoriais, para atingirem seus objetivos, constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos sócio-territoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais.

Nesse sentido, as organizações não-governamentais (ONGs) se constituiriam apenas como de caráter sócio-espacial. São agências de mediação, representações da reivindicação, de espaços ou de territórios. Não são sujeitos reivindicando um território, mas espaços; são entidades de apoio ou contrárias aos movimentos sócio-territoriais e sócio-espaciais; são agências intermediárias, que produzem espaços políticos e se espacializam. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes.

Os movimentos sócio-espaciais também possuem diferentes escalas, da mundial à local. A leitura geográfica é estratégica e fundamental para o desenvolvimento das intencionalidades de relações sócio-territoriais e sócio-espaciais. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros, acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

## **2.2. MÍDIA E GEOPOLÍTICA**



Pelo meio técnico-científico as escalas temporais e geográficas podem ser redimensionadas. Podem ser diminuídas, diluídas, aumentadas ou densificadas, no discurso geopolítico, por meio de inovações técnicas. Hoje em dia, o poder geopolítico é o uso de forças armadas, mas também uso de econômicas, culturais e tecnológicas. O uso da mídia para manipulação da informação, com o

progresso tecnológico dos últimos anos, disponibiliza o poder desta “força” a disposição dos atores nos conflitos geopolíticos.

Entre atores geopolíticos emergentes, a mídia assume características bem diferentes dos atores “reais”, como os movimentos sociais. A mídia é um conjunto de matéria-prima (informação, re-elaboração de fatos), trabalho e capital fixo. A informação é um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes), socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas em um suporte material (papel, filme, disco, etc.), comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (SILVA, 2002). A ciência da informação tem investigado as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a otimização do seu acesso e uso campo do saber uno e transdisciplinar, das Ciências Sociais e Humanas.

Steinberger (2005) considera que a geopolítica tratada na mídia tem caráter simbólico e toda distribuição de poder entre as relações simbólicas (políticas, ideológicas, econômicas, institucionais, etc.) se realiza através de linguagem e de ordem discursiva. A geopolítica da mídia se configura como geopolítica da cultura com dois parâmetros de análise (ou que regulam as relações entre discursos): o lingüístico-discursivo e o praxiológico-factual.

A disputa (o conflito entre os agentes) se faz, na informação da mídia, com um conflito entre interpretações que irão determinar um conceito de mundo e de realidade em que os grupos hegemônicos conseguem propor seus sistemas aos demais. Assim, a existência de cada ator e cada grupo está vinculada aos discursos das instituições que os identificam e estas instituições podem ser “legitimadas” ou não na sociedade. No caso dos movimentos sociais, isso explica a necessidade deles, de por um lado, se “legitimar” com uma ideologia e, por outro lado, outro lado também se explica como os indivíduos, para legitimar seus discursos para a sociedade devem se juntar em “movimentos”.

Entretanto, o cruzamento dos discursos gerados da sociedade de ordem lingüístico-discursiva permite entender a “realidade” geopolítica “revelada” da mídia. Por outro lado, a mídia tem diferentes interpretações praxiológico-fractuais (mundo negável, não-negável, reportado ou não-reportado), que são claramente, instrumentalidades de dominação.

De acordo com Steinberger, podemos chamar de “políticas de significação”, os “sistemas de interesses que são constitutivos de uma cartografia dinâmica do imaginário social sobre o mundo vivido”.

O processo de construção do espaço pode ser pensado como problema semiótico e como “capital informacional”. Todo o mapeamento, portanto, é produto de uma idealização produzida de hegemonias entre a política de significação, considerando que a mídia é responsável (como agente)

desse mapeamento por meio da escolha das categorias de discurso legitimadas que ela usa. Entretanto, uma análise geopolítica depende também de uma análise lingüística.

O tema não deve se restringir ao jornalismo e ao jornalismo televisivo, freqüentemente a base dos discursos e das pesquisas geopolíticas. Porém, a produção visual mais difundida é a que tem o maior impacto. Ela é, sem dúvida, a mídia televisiva e jornalística. Concorde-se com a posição de O’Tuathail (1994) sobre encenação da política e os aspetos manipuladores, inevitáveis e focados no discurso. Esta encenação deve entender também a recepção popular e as políticas de circulação dos discursos, sendo, ao final, a geopolítica simbólica produzida na sociedade e pela sociedade.

Mas aqui, cabe uma pergunta para entender a geopolítica da mídia, ou seja, se a mídia é ator ou agente, produtor ou receptor? Aqui se sustenta que esta questão não se apresenta tão fortemente em outros atores, como nos movimentos sociais e nas ONGs, pois nestes, a grande maioria são atores e também agentes, com objetivos de ação teoricamente fora do circuito capitalista e com crescimento autônomo. Em outras palavras, pela geopolítica do discurso, os movimentos são mais *atores* sociais que *agentes* de discursos hegemônicos. Porém, a mídia (na sua configuração mais conhecida) é a “empresa” produtora de discursos que seguem uma lógica capitalista. Isso é alcançar um lucro para sua ação no espaço. Entretanto, ela é *agente* se consideramos sua atuação para sustentar o poder hegemônico e *ator*, ao visar o seu próprio lucro. Ela é também “produtor” e “receptor” dos discursos e das informações que utiliza para ampliar seu capital informativo, se auto-alimentando do seu próprio discurso.

Devemos também considerar que o modelo processual de gestão de informação abrange toda a cadeia de valor da informação, começando pela identificação das necessidades, passando pela aquisição, organização e armazenamento, produtos e serviços, distribuição e fechando o ciclo com a utilização da informação (CHOO, 2003). Isto implica entender também o denominado Circuito do Documento (armazenamento-seleção-registro-memória-difusão). A velocidade de inovações nesse setor implica, por sua vez, em uma inevitável reformulação de terminologia para Circuito/Ciclo da Informação, sob novas necessidades, estratégias de armazenamento e seleção, suportes, sistemas de

registro e cópia, enquadramentos jurídico-legais e enfim, novos profissionais. O valor da informação jornalística não se esgota com o consumo, se convertendo em outra mercadoria.

Porém, a informação só é considerada efetivamente como mercadoria, quando se configura como lazer. Se for bem público (informação pública) ela tem as seguintes características: custo de oportunidade de consumo igual a zero; existência de direitos do consumidor e sem direitos de

propriedade aos produtores. Por isso existe a propaganda dentro as informações jornalísticas.

É importante pelo Estado, definir qual o modelo público que regula a mídia local. A regulamentação se relaciona à estruturação de um modelo e não a controle. A WSIS pode significar o estabelecimento de um novo ambiente global para a mídia. Desde a adoção do Plano de Ação de Estocolmo, na verdade, desde o processo de preparação da WSIS, os acordos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) têm invadido a capacidade dos governos nacionais de controlarem seu espaço cultural e midiático, enquanto o capital empresarial transnacional continua a ser bem sucedido na promoção de seus interesses, em nível global.

De um ponto de vista espacial, devido ao avanço tecnológico e devido a outros meios de informação local (sobretudo aqueles fomentados pelos novos movimentos sociais), este domínio cultural da mídia no discurso espacial reconhece lugares onde não é hegemônico nem reflete um trabalho voltado às empresas produtoras. Isso por que o discurso geopolítico da mídia hegemônica depende também dos receptores (consumidores). Sem dúvida, as áreas urbanas concentram a maior parcela dos consumidores, que fazem uso também da mídia alternativa atual, como o celular e a internet.

O trabalho de produção da informação, por exemplo, pelos novos movimentos sociais urbanos, não apresenta a lógica da mais-valia, como nas empresas. É complexo realizar uma análise dos movimentos e mídia sem a consolidação em estudos de casos.

A territorialidade da mídia é centrada sobre o espaço e sobre a cultura (sistema de representações do mundo real) configurando-se como agente sócio-espacial. A tentar definir espacialmente a mídia, logicamente seu espaço é o cultural e o político, controlado e dependente dos meios de produção (capital) utilizados. Dessa forma, a representação da mídia serve ao discurso hegemônico, mas pode também apoiar novos discursos ou conflitos entre grupos de poder no território.

A grande possibilidade técnica para refletir a informação no território é aproveitar da característica imaterial da relação sobre o espaço geográfico. O poder hegemônico direcionado pela informação cria um espaço concreto que a mídia define na representação pelos receptores. Essa

indissociabilidade gera, por meio da mídia, os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos.

Para movimentos sociais existe, portanto, uma transformação do espaço que é o conflito sobre o território podendo existir uma territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A mídia “revela” os conflitos e também, na sua ação de ator (concorrência), participa dos conflitos, ela pode criar um mapa mental (cultural) no receptor, similar ao efeito da propaganda: direcionando a

uma representação construída e desejada por ela.

Entretanto, a mídia tem o mesmo caráter que os movimentos enquanto discurso ideológico e político, mas difere desses enquanto dependente da produção e objetivos e da materialidade devida à sua subjetividade. Ela é agente no sentido de revelador de discursos hegemônicos e não é ator no sentido de autônomo gerador de discursos sociais. A mídia, no discurso geopolítico, é a representação do espaço hegemônico, não devido à tecnologia utilizada, mas sim porque falta nela a razão social da sua existência, ou seja, ela é fundamentalmente um agente de discursos de poder político de grupos hegemônicos na sociedade.

### **3. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS**

Os Movimentos Sociais Urbanos podem ser analisados de diversas maneiras, sendo que cada uma delas confere diferentes significados às ações empreendidas por seus representantes. Os movimentos sociais urbanos são atores políticos que atuam sobre uma problemática urbana relacionada com o uso do solo, com a apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos.

Em relação a se identificar espacialmente os movimentos sociais urbanos, de acordo com Santos (1996, p. 50) pode-se afirmar que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. As relações são formadoras dos sistemas de ações e de objetos, contraditórios e solidários, de acordo com o autor. A produção de fragmentos ou frações de espaços é resultado intencional das relações sociais e o espaço dos movimentos sociais é apresentado como um fragmento do espaço como todo.

Segundo a reflexão de Martin (1997), os movimentos sociais brasileiros localizados hoje nas cidades são: Movimentos Sociais Urbanos; Associações de Moradores; Conselhos Comunitários;

Clubes de Mães; Grupos de Jovens; Movimentos de Defesa dos Favelados; Movimento Sem-Teto, entre outros. O denominador comum desses movimentos, para a socióloga Ilse Scherer-Waren:

“...defende-se o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos, através dos Movimentos Sociais Urbanos; o direito a permanecer na moradia e na terra ocupada, pelos Movimentos dos Favelados; o direito à terra para o trabalho, pelo Movimento dos Sem-Terra e assim por diante” (Martin 1997 apud SCHERER-WARREN, 1993, p. 54).

A paisagem urbana, de acordo com Milton Santos (2009: 191), pode ser definida como um conjunto de aspectos, ao mesmo tempo, entidade concreta e organismo. Este conjunto compreende elementos inertes (como o patrimônio imobiliário, enquanto capital) e elementos móveis (pessoas e mercadorias - sociedade urbana). A complexidade dos usos do espaço urbano pode ser compreendida identificando as formas espaciais antigas e as recentes, que se apresentam no espaço em razão de processos articulados e dinâmicos, elementos inertes e social. A cidadania (que assume este nome pelo fato da cidade ser o lugar mais importante no espaço nacional) tem seu corpo em uma situação social, política e jurídica no contexto urbano.

Alguns movimentos surgidos nas cidades, principalmente a partir dos anos 1990, não são basicamente ou unicamente sociais e nem tão pouco unicamente urbanos. Muitos identificaram formas de opressão do Estado à cidadania, aos direitos universais e à preservação da meio ambiente, apresentando reivindicações mais gerais, como pelos direitos civis, ambientalistas, grupos etários, de gênero (movimento feminista), étnicos, religiosos, sexuais, pela paz, etc. Também são reivindicações diferentes daquelas produzidas pelas relações da produção capitalista.

Os movimentos urbanos têm um caráter policlassista com características reformistas, e em outros casos, transformadoras. Os reformistas, (ou “cooptados” pelo poder público) tem tido suas ações transformadas em políticas públicas, como algumas políticas habitacionais que conseguiram redução de custos na execução dos projetos e reivindicações por direitos de cidadania que foram também parcialmente atendidas, através de padrões mínimos de consumo ou de serviços públicos, transformadas, assim, em cidadania de segunda categoria - a cidadania imperfeita, ou mutilada - conforme discutido por Milton Santos (1987). Outros grupos (os transformadores) para os quais as demandas são relacionadas à divisão social de trabalho e às injustiças sociais, têm como objetivo a transformação da sociedade. Na cidade de São Paulo, na década de 1970, muitos movimentos

ligados à Igreja Católica podem ser caracterizados como transformadores, como relata Jacobi (1990).

Então no Brasil, a questão da política urbana foi incorporada na nova democracia e considerada na Constituição de 1988, a primeira a tratar dessa questão. Segundo Júlio Roberto de Souza Pinto não houve estudo ou texto-base elaborado previamente. Tampouco se formou, no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, um grupo com essa tarefa preliminar. A construção da Constituição foi feita de forma altamente permeável à pressões de várias correntes de opinião.

A Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida por Estatuto da Cidade, veio regulamentar os artigos 182 e 183 da CF, que tratam da política urbana. Pode-se classificar as diretrizes e instrumentos previstos no Estatuto da Cidade em duas categorias: uma, de caráter predominantemente distributivo (democratização de direitos e universalização de acesso a bens e serviços urbanos, sob a responsabilidade direta, indireta ou compartilhada do poder público), criando assim um paralelo com movimentos tipicamente reformistas. E, por outro lado, instrumentos de perfil potencialmente redistributivo (para redistribuição, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais de parcelas fundiárias urbanas que, produzidas em decorrência de investimentos públicos, tenham sido injustamente apropriadas por minorias privilegiadas) e, assim, são mais ligadas a ações de transformação.

O Estatuto da Cidade, de acordo com Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2003) tem dificuldade, porém, nas duas ações, as distributivas servem aos governantes para consolidação e ampliação de suas bases eleitorais e, por outro lado, não são contrárias a interesses econômicos e patrimoniais. Já as intervenções redistributivas conflitam com o poder corporativo dos interesses constituídos em torno da acumulação urbana, compostas pelos circuitos imobiliários e empreiteiros.

No âmbito do Governo Federal, a própria criação do Ministério das Cidades, em 2003, respondeu a uma demanda dos movimentos sociais urbanos. Hoje, o Conselho das Cidades representa o espaço nacional que congrega os representantes dos movimentos sociais urbanos, especialmente os de luta pela reforma urbana. Como conquistas dos movimentos, destacam-se a aprovação da Lei 11587 de 2007, que autoriza o repasse de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para entidades sem fins lucrativos, a aprovação do Programa Crédito Solidário, entre outras. Hoje, os movimentos sociais do Conselho das Cidades participam

ativamente das ações do Ministério, intervindo e propondo diretrizes para a política urbana nacional.

O Fórum Nacional de Reforma Urbana é um grupo, formado por movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa que querem promover a Reforma Urbana, através de lutas por políticas que garantam direitos a todos, como moradia, saneamento e transporte. O Fórum atua em todas as regiões do país e se fundamenta em três princípios: direito à cidade; gestão democrática das cidades e; função social da cidade e da propriedade. Uma das maiores conquistas do Fórum foi justamente a aprovação do Estatuto da Cidade, lei que ficou parada 12 anos no Congresso e foi aprovada devido à pressão popular.

A função social da propriedade urbana deve ser implementada por intermédio de instrumentos de reforma urbana, previstos no Estatuto da Cidade, que possibilitem o melhor ordenamento e maior controle do uso do solo da cidade de forma a combater a especulação imobiliária e garantir à população de baixa renda acesso à terra urbanizada. No Brasil o déficit habitacional é de 6,3 milhões de domicílios e existem 13 milhões de domicílios inadequados, enquanto cerca de 5 milhões de imóveis urbanos permanecem vazios ou subutilizados, havendo ainda imensos vazios urbanos, que não cumprem sua função social. Na falta de ações preventivas adotadas pelo Estado sucedem-se situações de violência geradas pelas ações de reintegração de posse e despejos coletivos, muitas relacionadas à atuação de movimentos sociais urbanos.

Souza Junior (2009) afirma que os movimentos urbanos são complexos, uma vez que podem se apropriar do espaço de maneira temporária ou redefinir o espaço urbano por meio de ocupações permanentes. Ele classifica os movimentos urbanos como movimentos sociais, com interesse comum a todos os segmentos sociais que se apropriam de territórios ou que produzem territórios, com relações de poder.

#### **4. COMO A MÍDIA TEM TRATADO A AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS SOBRE O TERRITÓRIO?**

Para analisar como se dá a relação entre mídia e movimentos sociais urbanos, primeiramente é preciso considerar como se dá a atuação da mídia nas cidades, pois sabe-se que nestas há uma grande atenção aos problemas internos e uma mídia local ativa, que trata os problemas urbanos principalmente na ótica da falta de investimentos em infra-estrutura e do aumento da violência, segundo o discurso da práxis da leitura política hegemônica.

Conforme P. Jacobi (1990) os movimentos reivindicatórios urbanos no Brasil, e mais especificamente na cidade de São Paulo, destacam a participação de um conjunto de atores com origens e práticas políticas diferenciadas:

“a atuação nos bairros revela o seu privilegiamento não só como espaço, o de sobrevivência política face ao controle exercido pelo regime sobre as atividades políticas e sindicais durante a maior parte dos anos 70, como também na emergência de espaços diversificados de explicitação de demandas relativas a reprodução social e as condições de vida dos setores mais excluídos nas cidades e metrópoles brasileiras”.

Jacobi não acredita que exista uma relação direta e espontânea entre a carência e a reivindicação. O elemento de conscientização se manifesta através de ações sociais diferenciadas, possibilitando uma participação mais permanente de todos os envolvidos nos diferentes estágios do processo. O elemento constitutivo dos movimentos urbanos se dá no plano da organização, através de assembleias nos bairros, onde se criam novos padrões de valores, e uma vinculação ideológica e política entre a necessidade e suas possibilidades concretas de ação.

Esta parece também ser a posição de Melucci (1996), o qual supõe que não é possível estabelecer uma relação linear entre ator e sistema. A ação do ator é resultado de múltiplos processos e diferentes orientações. Ele verifica nos movimentos uma identidade coletiva, interativa e compartilhada, produzida por indivíduos em relação às suas ações às oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar. Este é um processo de construção de um sistema de ação, interativo e compartilhado, produzido por muitos indivíduos ou grupos de indivíduos.

Pelo fato de não haver um conflito polarizado entre Estado e Movimentos e uma diferenciação evidente entre reformistas e transformadores (devido também a transformações históricas, como nos antigos movimentos sindicais), a mídia tem atuado de maneira diferenciada conforme a atuação dos diferentes movimentos. Partidos e grupos políticos não recusam frontalmente a possibilidade de uma negociação que, freqüentemente, institucionaliza as suas práticas, provocando transformações em ambos os pólos do processo. No Brasil esta prática envolve também um transformismo parlamentar que privilegia o personalismo.

A mídia brasileira tem destacado também a representação de atores carismáticos, segundo um modelo de cultura “heróica” ou “personalista” de privilegiar os líderes. Há uma influência



inegável dos "articuladores sociais" ou "assessores" nos movimentos. O papel destes agentes assume características diversificadas, além de promover o desenvolvimento de uma consciência do movimento.

Outro aspecto está relacionado com o significado dos movimentos. As ações reivindicatórias urbanas são lutas que afetam pouco a esfera política nacional, mas tem representado uma pressão permanente sobre o Estado para obter respostas concretas às suas demandas, através de formas de organização determinadas por um maior ou menor enquadramento institucional.

## **5. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E MÍDIA**

A maioria dos Novos Movimentos Sociais, enquanto ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade (Castells, 2001), definiram um processo de comunicação alternativa, caracterizada, principalmente, por práticas jornalísticas diferenciadas, dentre elas a seleção de notícias e o "framing" (via internet, nos anos 90). Vários autores lembram que a concentração dos grandes meios de comunicação e as desigualdades sociais e tecnológicas, acentuadas pela globalização, já foram temas do Relatório McBride – Um mundo e muitas vozes, publicado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 1981 . Essa mídia alternativa tem um alcance restrito, embora nas cidades (dada a concentração de população e riqueza) apresentem uma potencialidade mais alta de ampliação.

Em geral, a mídia alternativa divulga temas que a imprensa tradicional geralmente ignora, evita ou oculta, tais como o aquecimento global, os perigos do alimento geneticamente modificados e as violações dos direitos humanos. São assuntos emergentes, encobertos antes de alcançarem os meios de comunicação de massa ou a esfera pública tradicional. É dada voz a outros que geralmente não são ouvidos (ATTON, 2002; 2001). Devido às relações com o poder político e social, o sistema midiático trata o consumismo, o mercado, a desigualdade de classe e o individualismo como natural ou de forma freqüentemente benevolente, enquanto a atividade política, os valores cívicos e as atividades anti-mercado tendem a ser marginalizados ou condenados.

A definição proposta pela Royal Commission on the Press (1977 apud ATTON, 1999) em seu relatório sobre a imprensa alternativa britânica, define: uma publicação alternativa compartilha as opiniões de pequenas minorias; expressa atitudes hostis a crenças amplamente estabelecidas; e adota visões ou orientações com temas não cobertos regularmente por outras publicações.

A UNESCO se expressa nesses termos:

“... a mídia independente e comunitária pode contribuir para o processo de não-violência ao dar voz aos membros da comunidade estimulando a expressão individual, a discussão e o entendimento com relação às decisões que afetam sua vida; promovendo a diversificação de conteúdos e o pluralismo de informação para refletir as opiniões e a identidade local. Isso estimula o diálogo entre cidadãos e o poder público, impulsiona a participação comunitária no processo decisório, contribuindo assim, para o fortalecimento da democracia e da boa governança.”

John Downing, em seu trabalho *Mídia Radical* (2002), identifica as práticas de mídia radical alternativa como uma constante histórica em contínuo movimento, que se desdobra pelos mais diversos países, em diferentes momentos históricos. Segundo o autor, o modelo é de contra-informação, em que a mídia radical toma o papel de “quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer as verdades” (Downing, 2002: 49 apud Moreira Mazzetti 2007).

São exemplos de mídia alternativa:

- Impressos em Papel Higiênico;
- Motomídia (ou mídia em movimento);
- Mídia em Metrô;
- Anúncios feitos com tatuagens;
- E quaisquer outros que venham a estar fora do quadro comum de meios e veículos de comunicação.

As mídias táticas citadas em diversos trabalhos são misturas de mídia sociais e alternativas que não se constituem como uma organização de produções alternativas, mas sim como um conceito que abarca uma série de manifestações independentes, de qualquer categoria (intelectuais, jornalísticas, estéticas, etc) até mesmo como teatro da rua.

Embora se reconheça que os novos movimentos sociais urbanos se utilizem, quando possível, de todas as formas urbanas de mídia para seus objetivos, o maior agente da mídia é a mídia jornalística, a qual apresenta um papel consolidado no país. Por isso e também pelo fato dos novos movimentos não serem focados na transformação desse espaço com intuito de redistribuição social, mas levam seu papel para reformar valores, instituições e na transformação social, na próxima seção iremos focar na informação jornalística.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na perspectiva da representação da geopolítica do conflito social urbano que refletida na análise da atuação da mídia, é possível traçar algumas considerações.

Nos últimos anos, a atuação dos movimentos sociais urbanos ganhou força no país, seja com a ajuda da mídia, seja por incorporação em projetos de atores políticos da nova sociedade democrática brasileira. Isto é revelado na praxe do discurso da mídia. No entanto, com o crescimento urbano intenso dos últimos anos, na luta urbana e nos conflitos sociais, as carências e ausências do Estado nas áreas urbanas criaram premissas a outros movimentos sociais, nas sociedades democráticas e coletivas.

Estes movimentos urbanos, embora envolvidos em projetos de amplo alcance e transformação da sociedade, visam, na maioria das vezes, resolver seus problemas de imediato, mesmo que passa isso precisem atuar de forma radical.

Alguns movimentos estão legitimados na mídia, como aqueles que atuaram na conquista do Estatuto da Cidade ou casos em que a demanda reflète falta de ação do governo local e a mídia se

coloca contra este. Já os movimentos radicais, na mídia tradicional, são tratados apenas na ótica de ações contra a propriedade privada.

Na mídia, a pressão política dos movimentos sociais urbanos é destacada como ações pontuais e de curto prazo. Não está sendo reconhecida a história dos movimentos, como conflitos de longo prazo que se fundamentam na gestão do espaço urbano. Se oculta o conflito da propriedade e do uso do solo entre uma classe proprietária hegemônica e os demais, considerando que o Estado e outras instituições são os maiores proprietários urbanos.

Nesse contexto, o espaço urbano é visto na mídia como um conflito entre autoridades (nós) e movimentos sociais (outros), refletindo uma visão distorcida da realidade. Os fóruns e as leis aprovadas não resolvem todos os problemas. Na realidade, os movimentos sóciospaciais são intérpretes de um discurso social urbano, representando classes de baixa renda e com dificuldades de acesso ao espaço urbano.

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/01, estabeleceu as bases para a promoção da política urbana em todo o país, fortalecendo o Plano Diretor como principal instrumento para o desenvolvimento urbano municipal. As diretrizes estabelecidas no Estatuto mudaram a concepção de planejamento urbano até então praticada nos municípios, exigindo que o exercício do planejamento passasse a enfrentar os problemas urbanos, em especial a precariedade urbana e a irregularidade fundiária e incorporando a participação democrática da sociedade, incluindo e destacando os movimentos sociais urbanos.

Os meios de comunicação, na defesa da hegemonia local, (Estado, proprietários e construtores/capital imobiliário) apóia o discurso de “desterritorializar” os movimentos e inverter os “lugares”, colocando os movimentos como “vilões” e o Estado e proprietários, como vítimas. Nestes casos, a mídia fica a favor do poder hegemônico de quem detêm o poder político e o capital e não destacam a visão positiva desses movimentos colocando-os como meros atores de pressão ao Estado, por meio de ações violentas. O discurso social e político da mídia, entretanto, não consegue traçar uma análise estruturada e cria um mapa da geopolítica urbana altamente distorcida, com danos à sociedade.

Algumas mudanças têm acontecido nos últimos anos, em decorrência da utilização de meios alternativos de comunicação e também devido à conscientização dos gestores de que é possível uma nova gestão urbana, que incorpore as demandas e lutas dos movimentos sociais urbanos, garantindo os direitos expressos na Constituição e no Estatuto da Cidade, como o direito à moradia digna, a garantia da função social da propriedade urbana, a garantia da função social da cidade.

O Estado, em todas as suas instâncias, deve garantir os seus direitos fundamentais à população por meio de políticas públicas específicas e é fundamental que o tema seja tratado na mídia de forma consciente, pelo bem estar de todos.

## **7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGNEW, John. Place and politics. The Geographical Mediation of State and Society. Boston: Allen Unwin. 1987

AMORIM Trindade Chagas Célia Regina, Imprensa/Mídia Alternativa: Uma reflexão sobre o tema, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007

BERGER, Peter; HUNTINGTOR, Samuel. Muitas Globalizações: Diversidade Cultural no Mundo Contemporâneo.

BLOCH, Janaina Aliano. O direito à moradia: um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo. Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007. Disponível em < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-08072008-143230/> > . Acesso em 04/12/09.

BRINGEL Breno Marqués. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais El lugar en los movimientos sociales y el lugar de la geografía en la teoría de los movimientos Sociales Instituto de Estudos Sócio-Ambientais , Boletim Goiano de Geografia , v. 27,n. 2 jan./jun. 2007

COSTA, Wanderley Messias. Geografia política e geopolítica. São Paulo: Hucitec, 1992.

DOWNING, John D. H. Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

DUARTE Luiz Cláudio, Os Movimentos Sociais Urbanos Nos Anos 70 E 80: Um Balanço Historiográfico Vértices Ano 3 N 1 Mar. 2000

FOUCAULT Michel. Microfísica do poder. Organização E Tradução de Roberto Machado, Graal ,São Paulo 2009

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, Ano 8, n 6, Janeiro de 2005. Disponível em < <http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf> > > . Acesso em 04/12/09.

GHON Maria da Gloria, Teorias dos movimentos sociais, São Paulo: Edições Loyola, 2000

GRAHAM Stephen, The end of Geografy or the explosion of place? Conceptualizing space, place and information thecnology. In: Trevor J. Barnes et al. Reading Economic Geography LondonBlackwell Publishing 2004

HAESBAERT, R., O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade., RJ, Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

JACOBI Pedro, Dimensões e alcances dos movimentos sociais urbanos no Brasil, Luso-Brazilian Review, Vol. 27, No. 2 (Winter, 1990), pp. 41-58 Published by: University of Wisconsin Press

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Cambridge: Blackwell Publishers. (1991).

MARTIN Jean-Yves, A GEOGRAFICIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente (SP), n°19/20, p.26-41, Nov.1997

MOREIRA Mazetti Henrique, Mídia alternativa para além da contra-informação, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007

MELUCCI Alberto Juventude, tempo e movimentos sociais Tradução de Angelina Teixeira Peralva Publicado em: Revista Young. Estocolmo: v. 4, n° 2, 1996, p. 3-14.

MELUCCI Alberto and Avritzer Leonardo, Complexity, cultural pluralism and democracy: collective action in the public space, Social Science Information, 2000 SAGE Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), 39(4), pp. 507-527.

O TUATHAIL GEAROID and LUKE TIMOTHY W. Present at the (Dis)Integration: Deterritorialization and Reterritorialization in the New World , Annals of the Association of American Geographers, Vol. 84, No. 3 (Sep., 1994), pp. 381-398, Taylor & Francis, Ltd. on behalf of the Association of American Geographers Stable.

PAVIANI, Aldo (org). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora da Universidade, 1991.

RAFFESTIN Claude. Por uma geografia do poder, 1993.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço - técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Manual de Geografia Urbana. Edusp: São Paulo, 2008.

SANTOS, Regina Célia B. dos. Os movimentos sociais urbanos: questões conceituais relacionadas à práxis. Instituto de Geociências: Departamento de Geografia – Programa de pós-graduação - Unicamp. Disponível em <[http://egal2009.easyplanners.info/area02/2207\\_Bega\\_dos\\_Santos\\_Regina\\_Celia.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area02/2207_Bega_dos_Santos_Regina_Celia.pdf)>. Acesso em 04/12/09.

SOUSA (de) Santos Boaventura. Los nuevos movimientos sociales. Versión extractada y modificada del artículo “Sindicato, multitud y comunidad” en García, Álvaro; Gutiérrez, Raquel; Prada, Raúl y Tapia, Luis 2001 Tiempos de rebelión (La Paz: Muela del Diablo). OSAL septiembre 2001. SANTOS, Boaventura de Sousa. Los nuevos movimientos sociales. Setembro de 2001.

Disponível em < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal5/debates.pdf> >. Acesso em 04/12/09.

SOUZA (de) Pinto Júlio Roberto, Reforma urbana e Estatuto da Cidade.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana. Um olhar geográfico sobre o conceito de movimento social urbano. Revista Formação, nº14 volume 1 – p.150-166. Disponível em < [http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/Souza\\_junior.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/Souza_junior.pdf) >. Acesso em 04/12/09.

STEINBERGER Margarethe Born, Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América latina, São Paulo: Educ/Cortez 2005.

UNESCO. Mídia e violência urbana no Brasil. – Brasília: UNESCO, Viva Rio, dezembro de 2007.

UNESCO. Action Plan on Cultural Policies for Development adopted in by the Intergovernmental Conference on Cultural Policies for Development Stockholm. Sweden, 2 April 1998.

